

CIBEC/INEP



.B0002860

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Relatório de atividades do ano de 1995

7.015.6
823r

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ÍNDICE

Capítulo I

A Prioridade ao Ensino Fundamental

- 1.1 - Criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor
- 1.2 - TV Escola e Treinamento de Professor
- 1.3 - Programa Nacional do Livro Didático
- 1.4 - Programa de Repasse de Recursos para a Manutenção das Escolas Públicas do Ensino Fundamental
- 1.5 - Avaliação Educacional
- 1.6 - Definição dos Conteúdos Curriculares Nacionais de 1^a a 4^a Série
- 1.7 - Programa *Nacional* de Alimentação Escolar
- 1.8 - O Projeto Básico para o Nordeste
- 1.9 - Programa de Construções Escolares
- 1.10 - Outras Ações

Capítulo II

Reformas Institucionais

- 2.1 - Lei 9.131 - O Novo Conselho Nacional de Educação
- 2.2 - Redefinição do Processo de Escolha dos Reitores das Universidades Federais
- 2.3 - PEC da Educação
- 2.4 - Nova LDB
- 2.5 - Outros Projetos a serem apresentados ao Congresso em 1996

Capítulo III

A Mobilização da Sociedade. O Programa *Acorda, Brasil*

- 3.1 - Objetivos do Programa *Acorda, Brasil*
 - 3.1.1 - Objetivos Gerais
 - 3.1.2 - Objetivos Específicos
 - 3.1.3 - Resultados Esperados
- 3.2 - Resultados Alcançados
 - 3.2.1 - Parcerias do *Acorda, Brasil*

Capítulo IV

Programa Comunidade Solidária

- 4.1 - Programa Nacional de Transporte Escolar-PNTE
- 4.2 - Programa Nacional de Saúde do Escolar-PNSE
- 4.3 - Programa Cestas Aluno/Professor/Escola
- 4.4 - Programa Educação Infantil
- 4.5 - *Programa* Universidade Solidária

Capítulo V

Educação Média e Tecnológica

- 5.1 - Estrutura. Objetivos e Conteúdos Curriculares Básicos
- 5.2 - Avaliação do Ensino Médio
- 5.3 - Gestão da Rede Federal de Educação Tecnológica
- 5.4 - *Alternativas para Expansão do Atendimento e Fontes de Financiamento*
- 5.5 - Ensino a Distância
- 5.6 - Melhoria e Monitoramento da Qualidade dos Recursos Didáticos
- 5.7 - Capacitação de Recursos Humanos na Área de Ciências

Capítulo VI

Ensino Superior

- 6.1 - *Nível* de Graduação
- 6.2 - Pós-Graduação: atuação da CAPES

Capítulo VII

Educação Especial

- 7.1 - Integração dos Portadores de Necessidades Especiais à Rede Regular de Ensino
- 7.2 - Fortalecimento de Instituições Especializadas
- 7.3** *Novo Papel* do IBC
- 7.4** - Novo Papel do INÊS

Capítulo VIII

Outras Atividades

- 8.1 - Reorganização do Setor de Estatísticas
- 8.2 - O INEP
- 8.3 - Participação em Eventos Internacionais

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pelo Ministério da Educação e do Desporto, em 1995, destacando-se três linhas prioritárias de atuação:

f. a prioridade ao Ensino Fundamental e ao Plano de Valorização do Magistério;

2. a definição e implementação de reformas institucionais capazes de criar as condições de mudanças permanentes nos rumos da educação brasileira;

3. a mobilização da sociedade pela melhoria do ensino público.

Essas prioridades expressam o compromisso do Governo Federal com a implementação do Plano Decenal de Educação para Todos que, a partir de um amplo processo de mobilização, definiu um conjunto de diretrizes que começam a ser aplicadas.

Além das áreas prioritárias de atuação descritas nos primeiros três capítulos, o relatório apresenta um balanço das demais atividades do MEC;

- * Coordenação com o Programa Comunidade Solidária*
- * Educação Média e Tecnológica*
- * Ensino Superior*
- * Educação Especial*
- * Informação e Documentação.*

CAPÍTULO I

A PRIORIDADE AO ENSINO FUNDAMENTAL

1.1 - Criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor

1.1.1 - A proposta de criação do Fundo

O Brasil convive, há muito tempo, com baixos níveis de qualidade e eficiência, no sistema educacional básico, embora a Constituição assegure razoável volume de recursos públicos à Educação. Havia um consenso social, portanto, sobre a necessidade de elevação dos gastos efetivos por aluno e, principalmente, de melhoria dos padrões de formação e remuneração dos professores.

A dificuldade de aumento generalizado dos gastos totais com Educação, no país, levou o Ministério da Educação e do Desporto a fazer amplo estudo da heterogênea realidade educacional, nos Estados e municípios. Esse trabalho deu as bases para uma proposta de enfrentamento da questão, com impactos fiscais suportáveis para as três esferas da Administração Pública.

Ao longo deste processo, buscou-se uma articulação entre os atores envolvidos, consolidada na reunião do Presidente da República com todos os Governadores de Estado, no dia 2 de setembro. O encontro produziu o Manifesto pela Educação, subscrito pelo Presidente e por todos os Governadores.

O primeiro resultado prático veio no dia 15 de outubro ~ Dia do Professor - quando o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional que, dentre outras medidas, propõe:

a) clara definição de responsabilidades de Estados e municípios, em relação ao ensino fundamental;

b) prioridade do ensino fundamental, no atendimento universal à população na área educacional;

c) criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor. A proposta do Fundo contempla quatro aspectos básicos:

I) vinculação de 15% de toda a arrecadação de Estados e municípios ao ensino fundamental, mediante a criação de um fundo contábil, no âmbito de cada Unidade da Federação;

II) redistribuição dos recursos do fundo entre o Estado e seus municípios, de acordo com o número de alunos na rede de 1º grau;

III) garantia, pelo Governo Federal, de um gasto mínimo por aluno, quando a redistribuição dos recursos não atingir, pelo menos, RS 300,00 por ano;

IV) vinculação de 60% desses recursos ao pagamento do professor em efetivo exercício

em sala de aula.

Com este projeto, assegura-se uma vinculação permanente de cerca de RS 12 bilhões por ano ao ensino fundamental.

1.1.2 - Programa de Valorização do Magistério

Objetivo

Desenvolver uma política de valorização do magistério, mediante o apoio aos sistemas de ensino na reorganização dos estatutos, planos de carreira e salários vinculados ao novo regime de trabalho, articulada a uma política de elevação da qualidade da Educação básica.

Resultados

- Realização de três reuniões ordinárias do Fórum Permanente do Magistério da Educação Básica: dias 5 de junho, 13 de setembro e 27 e 28 de setembro.

- Instalação de co/egiados de Valorização do Magistério nos estados.

- Realização de pesquisas por amostragem sobre a viabilidade financeira de implantação do piso salarial profissional nos Estados da Paraíba (teste piloto). Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pará.

- Realização de estudo Custo Aluno/Qualidade (as pesquisas e o estudo foram realizados por assessores representantes das instituições que compõem o Fórum e os resultados foram apresentados na 2ª reunião ordinária).

- Realização, no âmbito do Fórum Permanente do Magistério, no mês de setembro, de reuniões com o CONSED, a UNDIME e a CNTE, para apreciação do Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério da Educação Básica.

1.2 - TV Escola e Treinamento de Professor

1.2.1 - A montagem do sistema

Objetivos

*No dia 4 de setembro, entrou no ar a **TV Escola**, um canal exclusivo, via satélite, para promover a atualização dos professores. Todas as escolas da rede pública com mais de 100 alunos serão beneficiadas. O Ministério da Educação e do Desporto está repassando R\$ 70 milhões aos Estados e municípios, para garantir uma rede de recepção eficiente e que cubra todo o país. A **TV Escola** também transmitirá programas que o professor poderá gravar e mostrar a seus alunos, para ilustrar as aulas.*

Com a finalidade de integrar as escolas públicas do ensino fundamental ao Programa de Educação à Distância do MEC - **TV Escola**, o FNDE criou o Programa de Apoio Tecnológico à Escola, que consiste no repasse de R\$ 1.500,00 por escola com mais de cem alunos, para aquisição de um televisor, um aparelho videocassete, uma antena parabólica e uma caixa de fitas.

Resultados

- Foram firmados convênios no valor de R\$ 62,5 milhões com 26 secretarias estaduais de Educação e 1.764 prefeituras que mantêm escolas de ensino fundamental.

- Até agora foram depositados, nas contas bancárias das secretarias de educação, 49,2 milhões (78% do valor conveniado).

- Os recursos já repassados são suficientes para atender 41.667 escolas e 23,4 milhões de alunos (80% do total).

- As prefeituras e secretarias estaduais de Educação abriram, em setembro, os processos licitatórios para aquisição dos equipamentos. Em fevereiro de 1996, quando a **TV Escola** começar a funcionar em definitivo, 18 horas por dia, as escolas estarão equipadas.

- A aquisição dos equipamentos está sendo realizada de forma descentralizada, com eliminação dos entraves burocráticos, que provocavam a demora na transferência das remessas às prefeituras e às escolas.

- A meta do programa é beneficiar um total de 46 mil escolas.

Programa de Apoio Tecnológico às Escolas Públicas do Ensino Fundamental Aquisição de televisores, videocassetes e antenas parabólicas - outubro/95

Regiões	Convênios Assinados	Escolas Beneficiadas	Alunos Matriculados (milhões)	Recursos (R\$ milhões)
NORTE	160	3.840	2,1	5,8
NORDESTE	582	12.193	5,3	18,3
C. OESTE	175	3.287	1,9	4,9
SUDESTE	395	15.853	11,0	23,8
SUL	452	6.494	3,1	9,7
TOTAL	1.764	41.667	23,4	62,5

1.2.2 - A Produção dos Programas para a TV Escola

Resultados

- 131 programas concluídos;
- 566 documentários: 285 obtidos gratuitamente e 281 comprados.
- Grade de Programação veiculada em caráter experimental de 4/9 a 15/12:

Programação introdutória: 3 dias, 12 horas diárias e 36 horas de emissão.

Programação regular: 60 dias, 12 horas diárias e 720 horas de emissão.

1.2.3 - Programa "Um Salto para o Futuro"

Resultado

- Capacitação do corpo docente da rede pública de ensino, mediante desenvolvimento dos seguintes programas:

Tema do Programa	Capacitados
Educação de jovens e adultos.....	33.505
Alfabetização.....	44.385
Ensino fundamental.....	43.500
Educação especial.....	39.666
Educação infantil.....	41.433

1.2.4 - Programa de Formação e Capacitação de Quadros

Resultados

- Realização de Curso de Especialização em Educação a Distância, em convênio com a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, para 54 coordenadores e supervisores estaduais de EAD.
- Realização de capacitação em serviço de cerca de 2.000 agentes de EAD (orientadores de aprendizagem, supervisores pedagógicos locais e regionais) das secretarias estaduais de Educação.
- Realização de workshop de Educação a Distância no Rio de Janeiro nos dias 20 e 21 de julho, com cerca de 200 participantes (equipes estaduais de Educação a Distância, representantes das televisões educativas e universitárias).

#

1.3 - Programa Nacional do Livro Didático

Objetivos

- O PNLD atende, aproximadamente, a trinta milhões de alunos, garantindo livros de 1ª a 8ª série, em todo o território nacional. Contribui para a universalização do ensino e melhoria da sua qualidade.

LIVROS DIDATICOS ADQUIRIDOS			
	1994	1995	VARIAÇÃO
LIVRO DIDÁTICO	53.200.000	89.200.000	68%
PARA-DIDÁTICO	6.800.000	20.800.000	206%
TOTAL	60.000.000	110.000.000	85%

Resultados

-110 milhões de livros significam a maior distribuição da história do programa.

- Em 1996, pela primeira vez serão atendidos, simultaneamente, todos os alunos de 1ª a 8ª série. Ampliou-se o atendimento para as séries de 5ª a 8ª.

- O PNLD foi totalmente descentralizado nos estados de SP e MG.

- Nos Estados do Paraná, Goiás, Rio de Janeiro e no Distrito Federal foi descentralizado de 5ª a 8ª série.

- Pío Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (1ª a 4ª série), em 1995, conduziram o processo até a fase da escolha do livro (para descentralização). No próximo ano, os três estados estarão totalmente descentralizados.

1.3.1 - Recursos Aplicados

1994.....	R\$159.439.905
1995.....	R\$217.709.015
VARIAÇÃO.....	36%

ANO	Custo Médio
1 9 9 4.....	R\$2,65
1 9 9 5.....	R\$1,97

1.3.2 - Qualidade do Livro Didático

Objetivo

- *Triagem dos títulos inscritos pelas editoras, com vistas a melhorar a qualidade.*

Resultado

- 1994 Não houve triagem; todos os inscritos eram oferecidos aos professores.
- 1995 AVALIADOS.....824
APROVADOS.....625

- *Foram eliminados os títulos que continham elementos discriminatórios, inadequação curricular e livros com erros.*

Outras Ações

- *Elaboração de um catálogo de livros didáticos da 1ª à 4ª série do 1º grau, com resenhas comentadas de um conjunto de títulos previamente selecionados.*

- *Composição das equipes por área de conhecimento (junho e julho/95).*

- *Realização do Seminário "Livro Didático: Conteúdo e Processo de Avaliação" (outubro/1995).*

1.3.3 - Entrega do livro

Pela primeira vez a FAE estará entregando o livro didático no ano anterior ao de sua utilização. Por meio da Operação "Livro na Escola", a FAE vai estar acompanhando, entre os meses de novembro/95 e fevereiro/96, a distribuição dos livros, para evitar atrasos. A meta é entregar, até fevereiro/96, pelo menos 90% dos livros.

1.4- Programa de Repasse de Recursos para a Manutenção das Escolas Públicas do Ensino Fundamental

Objetivos

Com a finalidade de repassar recursos suplementares para a manutenção de escolas públicas do ensino fundamental, o MEC, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, criou o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Trata-se da transferência de recursos diretamente para as escolas das redes estaduais e municipais de ensino.

Tais recursos são calculados de acordo com o número de alunos matriculados e devem ser aplicados pela própria direção da escola, associação de pais e professores, caixas escolares, etc, em despesas de manutenção da escola e aquisição de material didático e pedagógico, entre outras.

Resultados

- *Foram firmados convênios no valor de PS 191,8 milhões com 26 secretarias estaduais e 2.028 prefeituras que possuem escolas de ensino fundamental.*

- Os recursos são suficientes para atender 106.785 escolas, onde estudam 25,1 milhões de alunos.

-Até agora foram depositados, nas contas das associações de pais e mestres das escolas, prefeituras e secretarias estaduais de Educação, R\$ 169,3 milhões (88%) do valor conveniado.

- A meta do programa é repassar às escolas RS 250 milhões.

**Programa de Repasse de Recursos para a Manutenção
das Escolas Públicas do Ensino Fundamental - Outubro/95**

REGIÕES	CONVÉNIOS ASSINADOS	ESCOLAS BENEFICIADAS	ALUNOS MATRICULADOS (MILHÕES)	RECURSOS (RS MILHÕES)
NORTE	203	15.581	2,5	24,8
NORDESTE	619	40.124	6,6	66,2
C. OESTE	172	7.021	1,9	16,2
SUDESTE	400	23.405	10,6	58,7
SUL	665	20.654	3,5	25,9
TOTAL	2.059	106.785	25,1	191,8

1.5 -Avaliação Educacional

Objetivos

Para desenvolver instrumentos que possam monitorar a qualidade, equidade e eficiência da Educação brasileira, bem como subsidiar a formulação de políticas públicas, em 1995 o MEC reestruturou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB. Parte-se do princípio de que é fundamental a verificação e o acompanhamento de como e a que tipo de Educação básica o cidadão brasileiro está tendo acesso.

Resultado

Para aperfeiçoar, técnica e metodologicamente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e assegurar uniformidade no processo de levantamento dos dados e a legitimidade dos resultados, foram introduzidas as seguintes modificações no SAEB/95:

	1993	1995
Graus/ séries avaliadas	1 ^{a.} , 3 ^{a.} , 5 ^{a.} , e 7 ^{a.} do 1 ^o grau	4 ^{a.} e 8 ^{a.} séries do 1 ^o grau 2 ^{a.} e 3 ^{a.} séries do 2 ^o grau
Escolas da amostra	escolas públicas	escolas públicas e particulares
Matérias avaliadas	Português, Matemática e Ciências (para 5 ^{a.} e 7 ^{a.} séries)	Português (habilidade de leitura) e Matemática
Conteúdos dos testes de rendimento do aluno	Conteúdos mínimos validados pelos estados	Matriz de processos cognitivos (conceitos, procedimentos e aplicações), relacionados a conteúdos.
Questões dos testes	Teoria clássica	Teoria de Resposta ao Item
Amostra	Modelo de amostras relacionadas (Sistema de Referência criado a partir de dados do SEEC/MEC - 1989)	Amostra probabilística, estratificada, aglomerada, selecionada em múltiplas etapas (a partir de dados do SEEC/MEC - 1993)
Número de provas	10 provas, sendo uma por matéria e por série pesquisada	52 cadernos de provas (sendo 26 de Português e 26 de Matemática) por cada série pesquisada.
Instrumentos aplicados	<ul style="list-style-type: none"> • questionário do diretor; • questionário do professor; • questionário da escola; • questionário de oportunidades de aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> • questionário do diretor; • questionário do professor; • questionário da escola; • questionário sócio-cultural do aluno; • relatório do aplicador.
Treinamento de recursos humanos para o levantamento de dados do SAEB	<ul style="list-style-type: none"> • treinamento das equipes estaduais do SAEB; • treinamento dos aplicadores realizado nos estados pelas equipes locais do SAEB. 	<ul style="list-style-type: none"> • treinamento das equipes estaduais do SAEB; • treinamento de auxiliares de pesquisa; • treinamento dos aplicadores realizado nos estados pelas equipes locais do SAEB, amparado em vídeo produzido para assegurar rigor e uniformidade nos procedimentos de aplicação da pesquisa.
Principais responsáveis pela implementação do SAEB	<ul style="list-style-type: none"> • equipe central do SAEB (MEC/ INEP); • equipes do SAEB das Secretarias Estaduais de Educação; • consultores contratados para elaboração de testes e instrumentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • equipe central do SAEB (MEC/SEDIAE/ INEP); • equipes do SAEB das Secretarias Estaduais de Educação, • Fundação Carlos Chagas e Fundação Cesgranrio (Acordo de Cooperação Técnica assinado)

1.5.1 - SAEB/95 - Realização: 6 a 10 de novembro

Quadro Resumo

ABRANGÊNCIA		PESQUISADOS						
Estados	27	GRAU	Série	Escolas	Nº Turmas	Nº Alunos	Prof ^s	Diretores
Regiões Metropolitanas	9	1º	4ª	897	1.017	30.749	1.017	897
		1º	8ª	880	1.094	39.482	2.188	880
Municípios	639	2º	2ª	546	1.094	39.482	2.188	546
Escolas Públicas	2.333	2º	3ª	560	715	26.432	1.430	560
Aplicadores de Campo	4.513	Total	2.883	2.883	3.540	124.870	6.823	2.883

1.6 - Definição dos Conteúdos Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª série

Objetivos

A importância da definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN, para um país como o Brasil, marcado por uma desigualdade social e cultural, além de dimensões territoriais enormes, reside, fundamentalmente, na urgência de se reconhecer o princípio de equidade no interior da sociedade. Cada criança ou jovem, mesmo de locais com pouca infra-estrutura e condições sócio-econômicas desfavoráveis, deve ter acesso e usufruir do conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Se existem diferenças sócio-culturais marcantes que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe, também, aquilo que é comum, que um aluno de qualquer estado do Brasil, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, tem o direito de aprender. Esse direito deve ser garantido pelo Estado.

O que é comum a todos, no Ensino Fundamental, deve se expressar no desenvolvimento de capacidades que assegurem uma formação digna para todo cidadão brasileiro. Tais capacidades estão explicitadas nos PCN, de tal forma que eles possam se constituir em uma referência para os investimentos do Estado, buscando diminuir as diferenças de oportunidades educacionais.

Os PCN têm como finalidade subsidiar a elaboração ou revisão curricular, orientar a formação inicial e continuada de professores, a produção de livros e outros materiais didáticos, o fomento da discussão pedagógica interna das escolas, a formulação de projetos educativos, o trabalho cooperativo das escolas com especialistas em Educação, assim como a avaliação do sistema educacional nacional.

Os PCN apresentam princípios gerais para a Educação e sua tradução operacional. Incluem fundamentos sobre a função da escola, o processo de ensino e aprendizagem, experiências pedagógicas e áreas de conhecimento, explicitando, em linhas gerais, "o quê", "para quê", "quando" e "como" ensinar e avaliar.

O estabelecimento de parâmetros - e não de um currículo nacional - deve-se à necessidade de respeitar a autonomia das diferentes instâncias de governo. Seu caráter não-obrigatório tem em vista, ao mesmo tempo, estabelecer uma política de ensino para o país e, também, favorecer as reestruturações de propostas educacionais, que preservem as especificidades locais. Para que tal intento seja atingido, é necessária uma ação cooperativa entre governos federal, estadual e municipal.

1.7 - Programa Nacional de Alimentação Escolar

Resultado

O PNAE, já totalmente descentralizado, atende a 34 milhões de crianças, destinando recursos a estados e municípios para uma refeição diária (dias letivos) que fornece, pelo menos, 15% das necessidades proteico-calóricas.

1.7.1 - Dias de merenda garantidos pelo repasse da FAE às crianças atendidas.

1994	101 dias
1995	170 dias

IMPORTANTE: 170 dias significam o maior atendimento de merenda em toda a história do programa.

Nº de refeições garantidas em 1995 - 5 bilhões 780 mil.

1.7.2 - Recursos aplicados

1994	R\$432.042.884,00
1995	R\$660.000.000,00

É o maior volume de recursos já executado, orçamentariamente, na história do programa.

1.7.3 - Número de municípios descentralizados

ATÉ 1994.....	1.680
SOMENTE 1995.....	2.232
TOTAL.....	3.912

1.7.4 - Atendimento aos Municípios

Nº de municípios atendidos pelo programa, em 1995: 4.986 (100%).

Obs.: Durante todo o ano de 1994, mais de 500 municípios não receberam merenda.

1.7.5 - Desburocratização

Os procedimentos para análise da prestação de contas foram reduzidos de dez itens para seis. Esta mudança deu maior velocidade ao fluxo de repasse de recursos.

1.8- Projeto Básico para o Nordeste

O Nordeste abriga 28% da população brasileira. Seus índices educacionais, sempre inferiores à média nacional, reforçam as diferenças regionais no país.

Somente 70% da população de 7 a 14 anos frequentam escolas, enquanto a média brasileira é 87%. As taxas de evasão e repetência também estão acima da média nacional. Somente 24% da população têm mais de quatro anos de escolaridade. No Brasil, 19% da população são analfabetos; no Nordeste, 39%.

Para superar esses baixos índices de aprendizagem e produtividade e tendo em conta as exigências impostas pelo desenvolvimento social e económico, o Governo Federal, em parceria com os governos estaduais da região, contratou empréstimo junto ao Banco Mundial, em 1993, instituindo o Projeto de Educação Básica para o Nordeste.

Com um total de US\$ 737 milhões (sendo US\$ 419 milhões do Banco Mundial, US\$ 168 milhões dos estados do Nordeste e US\$ 150 milhões do MEC), o Projeto Nordeste, a concluir em 1998, visa à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental na região, por meio da elevação do nível de aprendizagem dos alunos, da redução da repetência e da evasão escolar e do aumento do índice de conclusão nas quatro primeiras séries.

Para o alcance desses objetivos, estão previstos recursos para: a/ a melhoria da gestão nas secretarias, criando instrumentos que facilitem e agilizem o gerenciamento do sistema educacional; b/ a aquisição de livros e de materiais de ensino-aprendizagem que forneçam insumos básicos às salas de aula; c) a capacitação de recursos humanos que treinem professores, diretores e técnicos; d) as inovações pedagógicas, que apoiem iniciativas locais para reduzir a repetência e a evasão, bem como a melhoria da aprendizagem; e/ a reforma, ampliação e construção de escolas e aquisição de equipamentos escolares, para aumentar a

capacidade de atendimento da rede escolar pública e melhorar o aparelhamento dessas escolas; e f) o aprimoramento da capacidade de atendimento do Ministério.

Iniciado entre 1993 e 1994, o projeto teve desempenho considerado insatisfatório pelo Banco Mundial. Em 1995, o projeto foi reorientado no modo de ação o com os estados e recebeu caráter prioritário no Ministério. Os resultados abaixo atestam o acerto das correções, uma vez que foram conveniados todos os recursos atrasados do período 93/94, além dos programados para 1995, conforme a tabela a seguir.

Recursos Programados, Conveniados, Liberados e Certificandos

Em US\$ Mil

	PROGRAMADO	CONVENIADO	LIBERADO	CERTIFICADO
1993	74.474	10.582	6.362	4.281
1994	145.133	75.376	19.131	7.516
1995	161.077	301.674	45.213	27.085
Total	380.684	387.632	70.706	38.882

Em 1995, cada aluno do Nordeste, até a 4ª série, recebeu quatro livros didáticos. Já foram adquiridos os livros para 1996. Todas as salas de aula da região, até a 4ª série, estarão recebendo uma biblioteca mínima com aproximadamente 90 títulos.

O plano de trabalho já conveniado com os estados para atendimento das redes estaduais e municipais prevê a reforma de 4.758 escolas (11.032 salas), a construção de 76 escolas (325 salas), 88 escolas ampliadas e 3.339 escolas equipadas.

Nos municípios do Programa Comunidade Solidária da região, todas as escolas municipais e estaduais estão sendo recuperadas e equipadas.

Estão sendo adquiridos 2.725 equipamentos de informática e capacitados 100.041 professores.

Recursos Previstos nos Planos de Trabalho Estaduais

Em R\$1,00

UF	Rede Física e Equipamento	Treinamento de Rec. Humanos	Gestão	Inovações Pedagógicas	Comunidade Solidária	TOTAL
Alagoas	6.926.435	450.756	1.361.390	0	4.983.090	13.721.671
Bahia	29.776.445	4.403.352	1.128.174	0	4.045.523	39.353.494
Ceará	18.395.289	2.200.000	3.014.367	383.824	1.949.000	25.942.480
Maranhão	31.984.108	1.938.049	2.226.000	299.145	2.373.097	38.820.399
Paraíba	7.823.940	1.539.421	1.248.213	0	6.630.954	17.242.528
Pernambuco	20.568.588	1.240.000	754.432	0	4.748.800	27.311.820
Piauí	12.903.473	1.124.732	924.266	0	7.199.419	22.151.890
R. G. Norte	7.553.330	897.852	1.095.431	119.450	2.199.285	11.865.348
Sergipe	15.359.463	235.472	2799.224	0	5.073.687	23.467.846
TOTAL	151.291.071	14.029.634	14.551.497	802.419	39.202.855	219.877.476

Em ações desenvolvidas diretamente pelo MEC, o projeto financiou, em 1995, o desenvolvimento, em todo o território nacional, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Sistema de Cadastramento, Avaliação e Disseminação de Inovações Educacionais, a implementação do Programa Nacional de Ensino a Distância, a Reforma do Sistema de Estatísticas Educacionais, a Informatização do Ministério e de suas Delegacias nos Estados.

Recursos Conveniados com Órgãos Executores do MEC

	Em R\$1.00
ÓRGÃOS EXECUTORES	
INEP (SAEB e Inovações).....	2.101.040
SEDIAE (Ensino a Distância).....	979.200
FAE (Livro Didático).....	52.298.044
CMI (Informatização do MEC).....	10.525.050
SPE(Estatísticas Educacionais).....	3.000.000
TOTAL.....	68.903.334

Todos os financiamentos para recuperação, construção e ampliação de escolas, equipamentos, capacitação de professores e gestão para os municípios e estados do Nordeste, para o ensino fundamental, são hoje realizados exclusivamente pelo Projeto Nordeste.

Como estes recursos foram conveniados no segundo semestre deste ano, as ações estão em desenvolvimento. O projeto oferece assistência técnica permanente aos Estados para tornar efetiva a programação.

1.9 - Programa de Construções Escolares

Em 1995 foi realizado um levantamento das obras na área de Educação que se encontravam em construção ou paralisadas por falta de recursos, com vistas a concluí-las com financiamento do MEC-FNDE. Foi de grande valia, também, o Relatório "O Retrato do Desperdício no Brasil", elaborado pela Comissão Temporária das Obras Inacabadas, do Senado Federal.

Foram detectadas 670 unidades escolares inacabadas, em variados estágios de construção. Para a sua conclusão, até o final de 1996, estão sendo investidos RS 430 milhões, entre obras, equipamentos e mobiliário. Ao final, vão gerar 488 mil vagas no ensino fundamental, de acordo com os seguintes subprogramas:

1.9.1 - Conclusão de Escolas Agrotécnicas de 1º Grau

Levantamento realizado pela SEMTEC e Delegacias do MEC detectou 128 Escolas Agrotécnicas de 1º Grau parcialmente concluídas, paralisadas ou sem equipamentos.

Para solucionar este problema e garantir 32 mil vagas com ensino de boa qualidade nessas escolas, localizadas em importantes áreas de produção agrícola, o MEC, por intermédio do FNDE, está investindo, de forma descentralizada, RS 42 milhões. Até novembro foram retomadas as obras em 25 unidades com recursos da ordem de RS 8,2 milhões.

1.9.2 - Conclusão de Escolas de Ensino Fundamental

As Delegacias do MEC levantaram a existência de 372 escolas de ensino fundamental inacabadas em quase todos os estados brasileiros. Em sua maioria, foram iniciadas nos últimos anos com recursos do FNDE.

Com a conclusão dessas obras serão geradas 218 mil vagas no ensino fundamental e serão investidos RS 138 milhões para obras e equipamentos. Até o final do ano vão ser liberados recursos para 60 escolas num total de RS 22 milhões.

1.9.3 - Construção de Escolas nos Assentamentos do INCRA

Com a finalidade de melhorar as condições dos assentamentos do INCRA e oferecer o ensino fundamental para seus alunos, o MEC assinou Protocolo Técnico e Financeiro, de forma a garantir recursos para a construção de 72 unidades escolares com capacidade de atender 8 mil alunos, a partir de 1996.

1.9.4 - Conclusão de CAICs

A partir de Julho foram retomadas as obras de 170 CAICs, que estavam paralisadas por falta de recursos. Para tanto, foi aprovada lei concedendo crédito suplementar de RS 250 milhões para a conclusão dessas obras e a aquisição de equipamentos e mobiliário.

Além desses 170 CAICs, outros 150 estavam desativados devido à falta de equipamentos. A solução encontrada foi a aquisição descentralizada desses equipamentos, mediante convênios com prefeituras e secretarias estaduais de Educação, com repasse de recursos do FNDE. Até novembro foram firmados 152 convênios para equipar 180 CAICs.

Com a conclusão desses CAICs vão ser geradas 238 mil vagas no ensino fundamental, além das vagas a serem geradas no ensino pré-esco/ar.

a) Obras

Quadro Resumo

Situação em 02/01/95

	Autorizadas	Em mobilização	Em andamento	Concluídas	Total	Recebidas
Obras	448	67	110	270	447	75

Situação em 30/12/95

	Autorizadas	Em mobilização	Em andamento	Concluídas	Total	Recebidas
Obras	448	0	91	356	447	300

Obs.: A diferença entre autorizadas e o total de obras em conclusão deve-se ao cancelamento da construção do CAIC desportivo de Jacarepaguá, no Estado do Rio de Janeiro.

Observe-se que houve um efetivo andamento do programa, com 225 obras recebidas, três vezes mais do que em todo o período de 1993/94. Em 1995, foram concluídas 86 obras

Por conseguinte, o número de obras em mobilização e em andamento reduziu-se de 177 para 91.

b) Recursos Financeiros

Nos primeiros meses do ano, a inexistência de contratos com as empresas gerenciadoras e fiscalizadoras do programa não permitiu o pagamento das medições de obras.

Com a regularização desses contratos, foram gastos cerca de RS 190 milhões referentes às medições ocorridas nos meses de abril, maio, julho, agosto e setembro, de um orçamento total para obras de R\$ 318,4 milhões.

Ainda no exercício de 1995, deverá ser pago um total de R\$ 33,5 milhões, referente à medição do mês de outubro.

Quanto aos gastos com equipamento, foram pagos RS 14,9 milhões referentes à aquisição centralizada, ocorrida em anos anteriores, e destinaram-se RS 20 milhões para que o FNDE promovesse a aquisição descentralizada para os CAICs concluídos e não equipados ou equipados parcialmente.

Para a conclusão das obras a 31 de março de 1996, estima-se a necessidade de RS 130 milhões: RS 114 milhões para as obras propriamente ditas e RS 16 milhões para a aquisição das coberturas dos ginásios.

c) Equipamentos dos CAICs

Em 02/10/95, era a seguinte a situação dos equipamentos nos CAICs:

- 239 CAICs equipados com mobiliário escolar, cozinha e lavanderia.*
- 44 CAICs equipados com aparelhagem médica e odontológica.*

Acatando orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), adotou-se a modalidade de compra descentralizada, por meio de convênio direto entre o FNDE e o município/Estado.

Com isso, esperasse ter 239 CAICs totalmente equipados e 161 CAICs com convênios em pleno vigor com o FNDE, totalizando 400 CAICs com equipamentos.

Os demais 47 CAICs, com evolução física de obras de 50%, deverão assinar convênio ao longo do ano de 1996.

d) Convênios

Para o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, a construção de CAIC ficou, por meio de convênio, a cargo das empresas RIOCOP e NOVACAP.

O convênio com a NOVACAP foi finalizado e a prestação de contas já foi encaminhada aos órgãos de controle.

Quanto ao convênio com a RIO COP, está-se buscando a regularização, pois a cooperativa foi extinta e será sucedida pela EMOP (empresa estadual). Esse convênio deverá ter aditamento de prazos e recursos para a completa execução das obras.

e) Recebimento dos Terrenos

Ação iniciada em julho de 1995 objetivou receber as áreas onde os CAICs se localizam, para sua posterior estadualização/municipalização.

Até 30/12/95 tem-se a seguinte expectativa:

- Terrenos recebidos.....	285.
- Terrenos em fase de regularização no Patrimônio da União.....	103
- Terrenos com dificuldades de regularização.....	059

1.10- Outras Ações

Programa Fortalecimento da Gestão da Escola

1.10.1 - Educação Fundamental

Objetivos

- Ampliar e melhorar as condições da oferta de ensino fundamental nos sistemas de ensino;
- Valorizar o professor como principal agente no processo de melhoria da qualidade do ensino fundamental.

Resultados

- Fortalecimento da gestão das unidades escolares do ensino fundamental por meio de repasses de recursos diretamente às escolas.
- Ampliação e melhoria da oferta, priorizando a conclusão e equipamento de unidades escolares dos 27 estados.
- Promoção, em parceria com a Fundação Moinho Santista, do "Prêmio Incentivo à Educação Fundamental", destinado a professores de 1ª a 4ª série.

1.10.2 - Educação Infantil

Fundamentada na Constituição de 1988 e traduzindo o reconhecimento do significado da

infância e do direito da criança à Educação, em seus primeiros anos de vida, a Política Nacional de Educação Infantil tem como objetivos expandir a oferta de vagas para o atendimento à criança dessa faixa etária, fortalecer a concepção de educação infantil e promover a melhoria do atendimento em creches e pré-escolas. Em articulação com outros órgãos federais. Programa Comunidade Solidária, Estados, municípios, universidades, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais e organismos internacionais ligados à área, o MEC vem coordenando a implementação das diretrizes e estratégias estabelecidas na referida Política, com o apoio da Comissão Nacional de Educação Infantil, instituída pelo Ministério.

Objetivo

- Implementar a Política Nacional de Educação Infantil, visando à melhoria da qualidade da educação das crianças de zero a seis anos.

Resultados

- Definição de critérios para a distribuição de recursos como apoio financeiro às entidades governamentais e não-governamentais.

- Apoio a 107 municípios da área de abrangência do Comunidade Solidária - 1ª etapa, com a transferência de recursos para construção, ampliação e equipamento de novos espaços, visando ao aumento da oferta de vagas na Educação pré-escolar, para crianças na faixa etária de quatro a seis anos.

- Elaboração de metodologia e análise de 45 propostas pedagógicas/curriculares de Educação infantil de estados e capitais.

- Elaboração de documento final do projeto de análise destas propostas curriculares.

- Ampliação da oferta de Educação pré-escolar nos municípios do Comunidade Solidária.

- Ampliação da capacitação de docentes de Educação pré-escolar nos municípios da área de abrangência do Comunidade Solidária e das secretarias de Educação das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

- Elaboração do projeto "Avaliação do Atendimento em Creches e Pré-Escola" em cinco regiões metropolitanas.

- Disseminação de informações técnicas por meio de publicação de documentos e realização de seminários e reuniões.

1.10.3 - Educação de Jovens e Adultos

Embora dados estatísticos demonstrem um declínio da taxa de analfabetismo no País, ainda é grande o número de jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização básica em idade apropriada. A Constituição de 1988 estendeu o direito à Educação básica aos cidadãos brasileiros de todas as faixas etárias. Assim sendo, a extensão e a qualificação de programas

de Educação básica de jovens e adultos se impõem como exigência de justiça social e condições para o desenvolvimento do país.

Objetivo

- Definir e implementar uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos em atendimento aos preceitos constitucionais referentes à erradicação do analfabetismo e ao direito de todos ao ensino fundamental.

Resultados

- Articulação com organismos nacionais e internacionais (UNESCO/OREALC) tendo em vista a cooperação técnica para a definição e implementação da política de Educação de jovens e adultos.

- Definição de critérios para a distribuição de recursos como suporte financeiro às instituições governamentais e não-governamentais com apoio às:

' secretarias de Educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na execução de ações voltadas para a melhoria das condições da oferta, tanto nos aspectos físicos e materiais como nos aspectos pedagógicos.

' prefeituras de capitais, visando à melhoria da qualidade da oferta, especialmente, para a clientela das periferias, onde se encontram os bolsões de pobreza.

' organizações não-governamentais, no desenvolvimento de programas de ensino fundamental à população de jovens e adultos.

- Elaboração da proposta curricular para as quatro primeiras séries da educação de jovens e adultos.

1.10.4 - Educação Escolar Indígena

Para atender às reivindicações das populações indígenas, por meio da implantação de uma política educacional que proporcione uma escola formal bilingue, intercultural, diferenciada e, sobretudo, de qualidade, o MEC tem investido na capacitação de recursos humanos e na proposta de um currículo específico e material didático diferenciado e ainda na inclusão das escolas indígenas no programa de transferência de recursos diretos para a escola. Na rede escolar, por meio de publicações informativas, o MEC pretende corrigir a visão estereotipada sobre as diversas etnias existentes no País.

Objetivo

- Promover a Educação escolar indígena, viabilizando o funcionamento das escolas, com

um atendimento diferenciado à clientela, visando à preservação da cultura das diferentes nações indígenas.

Resultados

- Definição de critérios para o atendimento de projetos encaminhados por organizações governamentais e não-governamentais que atuam na área de Educação indígena, com apoio a:

- núcleos de educação escolar indígena, beneficiando 965 unidades escolares e 67.484 a/unos, na execução de ações voltadas para a melhoria da oferta.*

- organizações não-governamentais no desenvolvimento de projetos de capacitação de recursos humanos e produção de material didático diferenciado.*

- áreas indígenas com financiamento no valor RS 307.516,00 para construção de oito escolas, três reformas e uma ampliação.*

- Disseminação de informações por meio de documentos impressos e vídeos escolares sobre o diagnóstico da questão indígena e avaliação mais profunda da Educação indígena.

1.10.5 - Apoio à Escolaridade nos Assentamentos do INCRA

Objetivo

- O Ministério da Educação e do Desporto, em convênio com o INCRA pretende viabilizar o acesso à Educação fundamental para crianças moradoras de assentamentos, em todas as Unidades da Federação, com exceção do Ceará e do Mato Grosso do Sul.

Resultado

Repasse de recursos ao INCRA no valor de RS 1 milhão e 400 mil. para construção de 72 unidades escolares, em 78 assentamentos.

1.10.6 - Educação Ambiental

Objetivo

Atuar na formulação, coordenação, apoio e acompanhamento de ações de Educação Ambiental no País, mediante o trabalho integrado e articulado com as Secretarias Nacionais e demais órgãos do MEC, além de instituições públicas e privadas que atuam com o tema.

Resultados

- *Estudo e participação nos debates sobre o Projeto de Lei n° 3792/93, do Deputado Fábio Feldmann, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental;*
- *Participação na elaboração do Programa Nacional de Meio Ambiente e Saúde para o Desenvolvimento Sustentável, coordenado pelo Ministério da Saúde;*
- *Coordenação do Curso de Pesquisadores de Educação Ambiental;*
- *Apoio às ações dos Centros de Educação Ambiental em várias regiões do País;*
- *Elaboração do Cadastro Nacional do Projetos e Atividades em Educação Ambiental;*
- *Participação direta em seminários, debates, workshops e congressos;*
- *Análise e emissão de pareceres técnicos sobre projetos, documentos e propostas de Educação Ambiental;*
- *Participação em reuniões do Conselho Nacional de Meio Ambiente;*
- *Colaboração com subsídios para a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª série junto à SEF; e*
- *Elaboração de material de divulgação para o boletim Rede MEC e para o Jornal do MEC*

1.10.7 - Ações em conjunto com o Ministério da Saúde.

AIDS

Foi desenvolvido, em ação conjunta com o Ministério da Saúde, um programa de capacitação de agentes de saúde para prevenção de AIDS e da dengue, através da TV Escola.

Educação Ambiental

Vide o tópico anterior (1.10.6)

CAPITULO II

REFORMAS INSTITUCIONAIS

2.1 - Lei 9.131 - Novo Conselho Nacional de Educação

Ao iniciar-se o atual governo, estava em vigor uma Medida Provisória que extinguiu o antigo Conselho Federal de Educação. Após sucessivas reedições, a medida, incorporando importantes modificações, foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente em 25/11/95, como a Lei 9131.

As principais inovações são as seguintes:

a) clara divisão do Conselho em Câmaras de ensino básico e ensino superior, possibilitando uma ênfase maior ao ensino básico do que a dedicada pelo antigo CFE.

b) nova sistemática de escolha e nomeação dos membros do CNE, mediante um processo de indicação por parte das entidades da sociedade civil e escolha por parte do presidente da República.

c) credenciamento periódico das instituições de ensino superior mediante um processo permanente de avaliação institucional e da qualidade acadêmica.

d) introdução dos testes de final de curso para os alunos de graduação como parte do processo de avaliação das instituições.

e) clara separação de funções entre o Ministério da Educação e o Conselho, atuando os órgãos do Ministério como apoio técnico às decisões do Conselho.

2.2 - Redefinição do Processo de Escolha dos Reitores das Universidades Federais

As principais alterações propostas são as seguintes:

a) o peso da participação dos professores em quaisquer instâncias do processo de escolha não pode ser inferior a 70%.

b) os processos de votação têm de ser uninominais.

c) as listas apresentadas pelas universidades deverão ser tríplices e não mais sêxtuplas.

d) os integrantes das listas deverão ser doutores, professores titulares ou adjuntos de nível IV.

O projeto já foi aprovado pelo Congresso e será sancionado pelo Presidente dia 21/12/95.

2.3 - PEC da Educação

Em 15/10/95. Dia do Professor, o Presidente enviou mensagem ao Congresso com uma Proposta de Emenda Constitucional que altera aspectos fundamentais do sistema educacional em todos os níveis.

Em essência, o projeto contempla os seguintes aspectos:

a) redefinição de responsabilidades de estados e municípios em relação ao ensino fundamental (ver o item 1.1 deste relatório).

b) redefinição de prioridades no atendimento à população na área educacional por parte do Estado.

c) criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Professor, já mencionado no Capítulo I deste relatório.

d) maior precisão no conceito de gratuidade do ensino público.

e) redefinição da autonomia universitária.

f) reafirmação da competência do setor público na avaliação do ensino superior.

2.4 - Nova LDB

O Ministério acompanhou e colaborou nos trabalhos desenvolvidos no Senado Federal visando à aprovação da nova LDB. O Senado evoluiu do substitutivo Cid Sabóia para o substitutivo Darcy Ribeiro, que foi aprovado em plenário, encontrando-se presentemente em processo de análise e incorporação das emendas de plenário. O Projeto Darcy Ribeiro representa um claro avanço no sentido da modernização do sistema educacional brasileiro. A Secretaria de Política Educacional vem atuando junto à Assessoria Técnico-Legislativa do Senado no sentido de aprimorar o Projeto de Lei e incorporar vários aspectos que estavam contidos no projeto originalmente aprovado na Câmara dos Deputados.

2.5 - Outros Projetos a serem apresentados ao Congresso em 1996

Importantes projetos de lei serão submetidos ao Congresso Nacional pelo Ministério durante o ano de 1996.

Destacam-se aqui os seguintes atos:

a) regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Professor

b) regulamentação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

c) Lei de Autonomia Universitária e de Financiamento das Universidades Federais.

d) Lei de Reforma e Ampliação do Ensino Técnico.

e) Lei de Reforma do 2º Grau.

CAPITULO III

A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE: O PROGRAMA ACORDA, BRASIL

3.1 - Objetivos do Programa *Acorda, Brasil*

Objetivos Gerais

- Mobilizar a sociedade brasileira para a valorização da escola de ensino fundamental e colocar a questão da busca da qualidade da Educação básica na pauta nacional.

Objetivos específicos

- Estimular os diversos segmentos da sociedade a transformar a Educação Fundamental em prioridade máxima em suas agendas.

- Levar as comunidades a assumir a responsabilidade pelas escolas públicas que as atendem.

- Canalizar as ações desenvolvidas pela sociedade em favor da escola fundamental para a busca da qualidade.

- Firmar parcerias com setores da sociedade interessados em agir pró-ativamente com as escolas fundamentais.

- Incentivar a busca da qualidade total no trabalho dos educadores e gestores das escolas de ensino fundamental.

Resultados Alcançados

*As metas estabelecidas para o programa **Acorda, Brasil. Está na hora da escola!** estão sendo concretizadas por meio de parcerias com entidades e empresas públicas e privadas, entre as quais:*

Banco Itaú

*Implantação do projeto **Fala, Brasil**, uma linha telefônica direta entre o MEC e toda a comunidade, com acesso gratuito através do número 0800-616161.*

*O Projeto **Fala, Brasil** tem como objetivos:*

-facilitar e permitir ampla comunicação entre o MEC e a sociedade em geral;

*-informar sobre as diretrizes do programa **Acorda, Brasil**, e*

•fornecer meios para que a sociedade possa sugerir, comentar, pedir esclarecimentos, fazer doações e reclamações e manifestar apoio ao programa.

Sony Brasil S.A.

*Doação de 1.000 kits com televisor, videocassete e 10 fitas VHS, cada um, para equipar escolas públicas. Através da parceria com o **Acorda, Brasil** foram selecionadas as maiores escolas públicas com curso de magistério dos diversos Estados.*

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Doação de 180 Kits Tecnológicos para escolas públicas de 1º grau, em São Paulo, capacitando as escolas para a recepção do sinal da **TV Escola**. A FIESP distribuiu, com os Kits, material didático para acompanhamento do Te/curso 2000.

FIERGS - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

Doação de 100 Kits para escolas públicas de 1º grau de regiões carentes do Estado receberem o sinal da **TV Escola**, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

Conselho Nacional de Propaganda

Indicação de agências de propaganda para trabalhar em parceria com o **Acorda, Brasil. Está na hora da Escola!**, até dezembro de 1995, para a criação gratuita de campanhas. Impressão de 1.000 folders para o lançamento do programa em março/95.

DM-9

Criação de campanhas para o lançamento do programa em março/95.
Criação de filme, cartaz e folder para campanha **Dinheiro na Escola**.
Criação de filme e outras peças para lançamento do **Fala, Brasil**.
Criação de lay-out para confecção de cartões telefônicos com a marca do **Acorda, Brasil**.

FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Criação do Conselho de Educação da FIEMG, com a meta de fazer parcerias entre as 10 mil escolas públicas de Minas e os 80 mil empresários do Estado.

Criação do prêmio **Parceiros da Educação**, para as melhores experiências de interação empresa-escola.

Elaboração de um roteiro técnico detalhado com todos os passos para um empresário consolidar uma parceria com uma escola pública.

ADAG

Criação e produção de vídeo institucional sobre a merenda escolar para a FAE e da campanha sobre a escolha do livro didático.

Carta Editorial Ltda.

Publicação gratuita de anúncio do programa, com número de telefone para contato, nas revistas editadas pela empresa durante uma semana. Anúncio publicado na **Vogue Brasil**, edição 214, junho/95, e **Casa Vogue Brasil**, edição 126, junho/95.

Em discussão a criação do projeto **SOS Cidadania**.

Associação Comercial do Rio de Janeiro

Realização do /Encontro de Educadores e Empresários para Execução de Projetos Comuns, na sede da Associação, no Rio, com o objetivo de discutir formas de levar a escola até os trabalhadores.

CNI - Confederação Nacional da Indústria

Impressão de 10 mil kits de material de divulgação do programa, compostos de pasta, cartaz, bôtom e folders.

Em discussão o lançamento do projeto **Sesinho**, que utiliza a multimídia para auxiliar o ensino.

Rádio Transamérica

Arrecadação de material escolar para estabelecimentos carentes, mediante a campanha

Educa, Brasil, veiculada pela rede.

Banco do Brasil S.A

Doação de 1.000 kits de material de propaganda para o lançamento do **Acorda, Brasil,** no Rio de Janeiro.

SEBRAE -Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa

Impressão de 150 mil folders com alternativas para os empresários colaborarem com a escola.

Instituto de Idiomas Yázigi

Criação do **Fórum Acorda, Brasil** no sistema BBS/Yázigi.

Em elaboração o projeto de realização de uma campanha para a doação de microcomputadores para escolas públicas.

UNICEF

Cessão gratuita de consultor especializado para elaboração do projeto do programa **Acorda, Brasil.**

Produção de 2.500 cópias do jingle do **Acorda, Brasil** para distribuição às rádios.

Bamerindus

Realização, no Paraná, de um encontro estadual sobre Educação, para discussão das formas de ampliação do **Ensino Nota 10**, com a participação da Secretaria de Educação do Estado. O programa **Ensino Nota 10** apoia escolas da rede pública do estado, reciclando professores e rediscutindo o ensino, com a colaboração da Universidade Católica do Paraná.

IBM do Brasil

Participação na reciclagem e formação de professores, com a elaboração de projeto de ensino a distância. O projeto se encontra em avaliação no PRONINF.

PubliNews Propaganda

Criação gratuita da campanha de endomarketing para o programa.

Volkswagen do Brasil

Apoio à divulgação do programa de governo, que será lançado em 96, destinado à integração da criança especial na escola pública.

Fundação Abrinq

Realização do programa **Empresa amiga da criança** com o objetivo de combater o trabalho infantil. Com o slogan "não dê trabalho, dê escola", a Fundação dá certificados para empresários que não empregam a mão-de-obra infantil.

Parceria Comunicações

Criação gratuita da campanha publicitária sobre Salário Educação.

Caixa Económica Federal

Divulgação da marca do programa nos bilhetes da loteria federal, extração do dia I /I/ 1/95, e nos bilhetes dos concursos 88 e 89, dos dias 9,10, 16 e 17 de setembro.

Comunidade Solidária/Conanda/MTB/MS/MJ/Abrinq

Impressão de 3.000 mil folders **Menu para os empresários,** para distribuição

no lançamento da campanha **Empresa amiga da criança**.

Fausto Silva

Divulgação do **Acorda, Brasil** e suas metas durante o programa dominical da Rede Globo, "Domingão do Faustão", por meio da leitura do *folder* do **Acorda, Brasil**. Em discussão novas formas de o apresentador colaborar com o programa.

Angélica Produções

*Participação da artista Angélica nos vídeos institucionais e campanhas publicitárias do **Acorda, Brasil**.*

*Em discussão a criação de uma central 0800 para arrecadar recursos para equipar escolas públicas, e alternativas para divulgação institucional do **Acorda, Érasii** e experiências em Educação, no programa da apresentadora.*

ANJ - Associação Nacional de Jornais

Projeto de seminário com os jornais do País sobre incentivo à leitura nas escolas, utilizando os jornais como material didático e pedagógico.

SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior/SP

*Em discussão, o lançamento do programa **Universidade solidária** (na esfera particular), o projeto **Mentor universitário** - onde os formandos dariam aulas de reforço aos alunos das escolas públicas - e o projeto **Capacitação do docente**.*

Imagin Art

*Criação de projetos em parceria com o BBS **Estadão na Escola** e realização de uma **Olimpíada de Geografia**.*

Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação

Em discussão, projeto para treinar, por correspondência, diretores de escolas públicas de 1º grau na área de Administração Escolar, um sistema desenvolvido pelo Instituto. Seriam treinados 500 professores na primeira turma.

Academia de Viagens e Turismo

*Em discussão, o projeto **Passaporte para o futuro**, visando parcerias com escolas públicas para realização de cursos profissionalizantes na área de turismo.*

Revista Pais & Filhos

Publicação de matéria sobre ações do MEC. Em análise, a criação de espaço na revista para divulgação de experiências na área de Educação.

Telebrás

Prevista divulgação do programa nos cartões telefônicos.

CAPÍTULO IV

PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

O Ministério concentrou os programas de caráter não universal nas áreas mais carentes do País de acordo com o Programa Comunidade Solidária.

4.1 - Programa Nacional de Transporte Escolar-PNTE

Objetivo

O Programa Nacional de Transporte Escolar repassa recursos para a aquisição de veículos destinados ao transporte dos alunos de 1ª a 8ª série, na zona rural ou locais de difícil acesso. A verba é enviada para prefeituras ou entidades.

Resultado

Até 1994 o programa não atendia a demanda total de transporte escolar nos municípios. Em 1995, novas estratégias foram adotadas:

- concentração nas regiões mais carentes do País, conforme Programa Comunidade Solidária;
- participação dos Estados e municípios, além da FAE, nos investimentos;
- ampliação das opções de veículos /ônibus, micro-ônibus, peruas e barcos/;
- atendimento integral da demanda (na primeira experiência foram beneficiados 63 municípios do Vale do Jequitinhonha).

	1994	1995
MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	1.500 (Parcialmente)	359
RECURSOS APLICADOS FAE- R\$	15.409.838,00	26.332.908,00
MÉDIA POR MUNICÍPIO - R\$	10.273,00	(FAE) 73.350,72
TOTAL FAE/ESTADO/MUNICÍPIO-R\$		-107.000,00

4.2 - Programa Nacional de Saúde do Escolar-PNSE

Objetivo

Atender alunos de 1ª série do ensino fundamental, acompanhando por um ano a saúde da criança com três ações: diagnóstica, terapêutica (cura) e educativa. Quando a criança ingressa

no ensino fundamental é realizada uma avaliação através de exames clínicos, de laboratório, oftalmológico, odontológico, auditivo, psicológico e nutricional.

Resultado

Novas diretrizes foram dadas ao programa em 1995. São elas:

- redimensionamento do universo de atendimento;
- melhoria da qualidade no atendimento; e
- ações específicas nas áreas educativa e preventiva.

O Projeto está sendo desenvolvido nos bolsões de pobreza em 7 capitais: Curitiba, Maceió, Vitória, Brasília, Teresina, Belém e Boa Vista.

1995	
ALUNOS	RECURSOS COMPROMETIDOS
27.000 (atendidos)	1.544.600,00
60.000 (a serem atendidos)	1.929.562,00
TOTAL	3.474.162,00

4.3 - Programa Cestas Aluno/Professor/Escola

Objetivo

Fornecer a alunos, professores e escolas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, material de Educação, Saúde e Higiene. Criado este ano, o programa beneficiou os municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária.

Resultado

O programa beneficiou 266 municípios com a aplicação de R\$ 27.420.410,50.

CESTA			
	Alunos	Professores	Escolas
Nº DE BENEFICIADOS	1.049.573,00	59.973,00	12.684,00
RECURSOS APLICADOS (R\$)	19.417.100,50	4.198.110,00	3.805.200,00
PER CAPITA (R\$)	18,50	70,00	300,00

4.4 - Programa Educação Infantil

Objetivo

Desenvolvera política nacional de educação infantil para melhorar a qualidade da Educação das crianças de zero a seis anos.

Resultado

* Definição de critérios para atender projetos de organizações governamentais e não-governamentais na área.

' Análise de 45 propostas pedagógicas/curriculares de educação infantil de Estados e capitais;

' Elaboração de documento final do Projeto Análise de Propostas Pedagógicas/Curriculares;

' Apresentação e discussão, em reunião anual da ANPED, do Projeto **Propostas Pedagógicas**;

' Elaboração do Projeto **Avaliação do Atendimento em Creches e Pré-Escolas em 5 regiões metropolitanas**;

Elaboração e publicação dos documentos:

- Reprodução dos livros "Professor da Pré-Escola", volumes I e II (10.000 exemplares)
- Revista Criança nº 28 (91.000 exemplares);
- Educação Infantil: Bibliografia Anotada (4.000 exemplares);
- Critérios para atendimento em creches respeitando os direitos das crianças;
- Folder sobre a "Criança no Comunidade Solidária";
- Reprodução do vídeo "Nossa Creche respeita Criança" (2.000 cópias);
- Reprodução do vídeo "Menino, quem foi teu mestre?"; fitas I, II, III (500 cópias cada);
- Distribuição dos seguintes documentos:
 - Política Nacional de Educação Infantil (10.000 exemplares);
 - Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil (2.000 exemplares);
 - Por uma política de formação do profissional de educação infantil (10.000 exemplares); e
 - Revista Criança, números 26 e 27 (75.000 exemplares cada).
- Realização de I (uma) reunião da Comissão Nacional de Educação Infantil;
- Realização de levantamento de dados secundários sobre as Classes de Alfabetização;
- Realização de levantamento de dados secundários relativos ao atendimento em Educação infantil nos municípios abrangidos pelo Programa Comunidade Solidária;
- Articulações com o Programa Comunidade Solidária;
- Divulgação da ação do MEC na área da Educação infantil em eventos promovidos por Estados, municípios e organizações não-governamentais e no III Simpósio Latino-Americano de Atenção à Criança de Zero a Seis anos, realizado na Costa Rica.

4.5 - Projeto Universidade Solidária

Objetivo

O projeto Universidade Solidária tem como objetivo levar instituições de ensino superior municipais, estaduais, federais, particulares e comunitárias a fazer em parceria com os vários setores da sociedade civil para combater a pobreza, a fome e a exclusão social no País, por meio da transmissão de conhecimentos básicos sobre Educação e Educação para a Saúde aos municípios mais vulneráveis, reforçando o direito á cidadania.

Resultados

- Mobilização de mil estudantes de 62 universidades para o trabalho em cem municípios do Nordeste e Vale do Jequitinhonha, durante as férias de janeiro/96.

- Transmissão de conhecimentos básicos sobre Educação - TV Escola - e Saúde - higiene, saúde da criança, saúde da mulher, sexualidade, namoro, casamento, família, etc.

O MEC atingirá esses resultados com o apoio do CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras), Programa Comunidade Solidária, FIOCRUZ, Fundação Roberto Marinho, FAE, CAPES e CNPq.

CAPITULO V

EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA

5.1 - Estrutura e objetivos e conteúdos curriculares básicos

Objetivos

Redefinição da estrutura do Ensino Médio

Reforma curricular do Ensino Médio.

Resultados

a) Elaboração dos documentos:

- política para o Ensino Médio
- política para a Educação Tecnológica
- estrutura e Currículo do Ensino Médio: notas para discussão
- democratização das Escolas da Rede Federal de Educação Tecnológica

b) Realização de Encontros Regionais:

- apresentação das políticas do MEC e das Secretarias Estaduais
- discussão de estratégias de articulação
- apresentação de metodologia para a redefinição curricular
- distribuição de formulários e/eletrônicos para coleta dos currículos atuais

Participantes

MEC/SEMTEC/SEDIAE

DEMECs

Secretarias Estaduais de Educação

Conselhos Estaduais de Educação

SENAI

SENAC

SENAR

SENAT

SEBRAE

Escolas Técnicas

Escolas Agrotécnicas

CEFETs

Escolas Técnicas vinculadas às Universidades

Colégios Militares

c) Desenvolvimento de sistema para processamento das informações obtidas pelos formulários;

d) Reestruturação dos cursos e currículos das Escolas Agrotécnicas;

e) Reestruturação dos cursos e currículos das habilitações de Processamento de Dados e Edificações.

5.2 - Avaliação do Ensino Médio

Objetivos

Definição de mecanismos para avaliação permanente do Ensino Médio

Resultados

a) Elaboração da metodologia do monitoramento do mercado de trabalho e definição dos perfis dos técnicos, em fase de implantação;

b) Elaboração da metodologia de acompanhamento de egressos;

c) Colaboração com a SEDIAE na elaboração do projeto sobre avaliação do Ensino Médio;

d) Aplicação de testes de avaliação (2ª e 3ª séries);

e) Elaboração da metodologia de avaliação institucional implantada nas Escolas Técnicas e Agrotécnicas:

- conscientização e sensibilização dos dirigentes das IFET

- estruturação dos Núcleos de Avaliação Institucional

- definição e construção dos instrumentos variáveis e indicadores preliminares de Sistema de Avaliação Institucional

- identificação e construção da base de dados

- elaboração da 1ª versão do documento básico do SAI

- apresentação da 1ª versão do SAI aos Conselhos das IFET

- preparação da versão final do documento básico do SAI (conceitos, estruturas, estratégias, orientações)

- elaboração do manual operacional (procedimentos e instrumentos - meio físico e lógico)

- treinamento de coordenadores dos Núcleos de Avaliação Institucional das Escolas Técnicas e Agrotécnicas.

5.3 - Gestão da rede federal de Educação Tecnológica

Objetivos

Redefinição de estratégia de gestão

Consolidação da descentralização das IFET

Resultados

a) Instalação de um Grupo de Trabalho para coleta da legislação vigente e estudo de modelos de gestão alternativos;

b) Realização de dois cursos de gestão da Educação Tecnológica para diretores das Escolas Técnicas, em convênio com a Oklahoma State University;

c) *Elaboração de regimento interno para as Escolas Agrotécnicas Federais, transformadas em autarquias federais;*

d) *Convênio entre o MEC Estados e municípios para gestão de unidades descentralizadas: Juazeiro do Norte e Cedro (CE) e Campo Mourão (PR).*

5.4 - Alternativas para expansão do atendimento e fontes de financiamento

Objetivos

*Elaboração do programa **Democratização de Educação Profissional**, de qualificação profissional para a população adulta escolarizada e subescolarizada;*
Redefinição da estratégia de expansão do atendimento à demanda;

Financiamento;

Definição da cooperação com os Estados na expansão do atendimento no Ensino Médio.

Resultados

a) *Estudo para a criação de Centros Rurais de Educação a Distância em parceria com o SENAR;*

b) *Estudo para aumento do atendimento na rede federal, mediante:*

- redefinição do currículo do curso seriado pleno, visando reduzir a duração dos cursos técnicos de nível médio;

- complementariedade entre ensino médio acadêmico e formação técnico-profissional;

- modulação que, além da complementariedade, permita várias saídas intermediárias;

- oferta sistemática, pela rede federal, de cursos de qualificação e requalificação profissional.

c) *Elaboração de uma política para a Educação Profissional, em articulação com o Ministério do Trabalho;*

d) *Estudos sobre perspectivas de fontes de financiamento para a Educação Média e Tecnológica.*

5.5 - Ensino a distância

Objetivo

Curso de Ensino Médio a distância.

Resultados

a) *Elaboração de Projeto Básico para ensino a distância;*

b) *Assinatura de Protocolo com a Fundação Roberto Marinho e FIESP para implantação*

do **Telecurso 2000** nas escolas da rede federal;

c) Realização de dois treinamentos para 120 monitores do **Telecurso 2000**.

5.6 - Melhoria e monitoramento da qualidade dos recursos didáticos

Objetivo

Programa de melhoria e divulgação do livro didático e de recursos instrucionais.

Resultados

a) *Elaboração do projeto de cadastro e catalogo comentado dos recursos didáticos disponíveis;*

b) *Início da implementação do projeto.*

5.7 - Capacitação de recursos humanos na área de Ciências

Objetivo

Programa de Capacitação de Recursos Humanos em Ciências.

Resultados

Elaboração de programa de capacitação de 5.000 professores da área de Ciências das redes federal, estaduais, municipais e particulares de onze Unidades da Federação, com duração de três anos, em parceria com a CAPES/MEC

CAPÍTULO VI

ENSINO SUPERIOR

6.1 - Nível de Graduação

6.1.1 - Programas de Fomento

A Secretaria de Educação Superior manteve, em 1995, os seguintes programas iniciados em 1994:

a) Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAI UB

Foi ampliado o número de instituições envolvidas no Programa, com a aprovação de projetos específicos de avaliação, envolvendo 91 instituições federais, estaduais e municipais. Os recursos alocados foram da ordem de R\$ 1 milhão e 500 mil.

b) Programa de Recuperação/Implantação de Laboratórios de Ensino - PROLAB

Destina-se a reequipar os laboratórios de ensino de graduação.

Foram apresentados 218 projetos e aprovados 78, com recursos de R\$ 6 milhões e 900 mil.

Cabe destacar que, dadas as limitações de recursos e as restrições da LDO, os Programas PA/UB e PROLAB destinaram recursos apenas para instituições federais.

c) Programa de Licenciaturas - PROLICEN

De amplo impacto no fortalecimento dos cursos no âmbito das universidades, teve 25 projetos aprovados na análise dos Comitês, de um total de 63 apresentados. O financiamento integral foi possível graças à cooperação da CAPES que assumiu os encargos dos projetos aprovados das instituições não federais de ensino. Os recursos alocados pela SESu foram de R\$ 1 milhão e 100 mil e, pela CAPES, R\$ 300 mil.

d) Programa de Extensão - PROEXT

Voltado para o apoio às ações de extensão nas instituições, foi desenvolvido em duas linhas:

Linha I - Integração da universidade com a comunidade.

Apresentados 70 projetos, dos quais 25 foram apoiados, totalizando R\$ 1 milhão e 600 mil.

Linha II - Integração da universidade com o ensino fundamental.

Apresentados 85 projetos, dos quais 81 foram contemplados com recursos totais de R\$ 4 milhões e 600 mil, à conta do FNDE e com a interveniência da Secretaria de Educação Fundamental -SEF.

e) Programa de Acervo de Livros e Revistas

O programa de renovação de periódicos foi mantido por meio de financiamento da CAPES. O programa PROBIB não pôde ser implementado por inexistência de recursos. A avaliação da SESu é de que seriam necessários investimentos da ordem de R\$ 5 milhões ao ano, durante cinco anos, visando ao crescimento da média de livros por aluno nas universidades públicas. Atualmente esta média é de 18, sendo que, em algumas IFES, é de menos de 10 livros por aluno.

f) Programa de informatização Universitária - COINF

Foram analisados 54 projetos. O programa, no entanto, dependente de suplementação e recursos, não pôde ser implantado, dando continuidade à etapa de 1994.

A SESu promoveu, ainda, o **II Concurso Nacional de Software Educacional e Tecnológico**, recebendo 47 inscrições de trabalhos, dos quais 5 foram selecionados para premiação as categorias de discente de graduação, discente de pós-graduação e docente.

6.1.2 - Organização e Supervisão do Ensino Superior

a) Conselho Nacional de Educação

Com a extinção do CEE em 1994, a SESu passou a fazer o exame de todos os processos relativos à autorização e reconhecimento de cursos, emitir pareceres sobre matéria objeto de consulta e designar Comissões de Verificação e Inquérito, preparando matéria para deliberação da Comissão Especial instituída pelo Decreto de 16 de fevereiro de 1995.

Até o presente momento, deram entrada cerca de 800 processos, dos quais 300 tiveram a análise finalizada e 500 encontram-se em tramitação ou diligência.

Foram designadas 219 Comissões, sendo 210 de verificação para efeito de reconhecimento e autorização, e 9 de inquérito, sindicância e outros.

b) Comissão de Especialistas

Instituídas em 1968, as Comissões de Especialistas tiveram suas funções redefinidas ao longo de todo esse período, sempre com o propósito de ampliar a capacidade técnica e a atuação da SESu junto aos cursos superiores, às instituições e ao antigo Conselho Federal de Educação.

Com a extinção do Conselho Federal de Educação em outubro de 1994, sua atuação intensificou-se na assessoria técnica, estudos, diagnósticos, revisões curriculares e estabelecimento de padrões de qualidade, além do subsídio à SESu na análise de processos de autorização e reconhecimento de cursos de graduação.

6.1.3- Gestão de Pessoal das EFES

a) Pessoal

Considerando o elevado número de aposentadorias e a política do governo de autorização de concursos em situações especiais, foi feita a análise de lotação e reposição de docentes e técnicos administrativos de 52 instituições federais e 46 hospitais de ensino vinculados ao MEC.

Os dados coletados e analisados pela aplicação de dois modelos permitiu a identificação daquelas que poderiam ter a reposição total ou parcial de suas vagas.

Assim, foram liberadas 10.091 vagas para provimento em 1995, sendo 4.462 do quadro docente, 1.564 de técnicos administrativos e 3.065 para hospitais de ensino.

b) Professores Substitutos e Visitantes

Dada a limitação de concursos, e de acordo com a Lei nº 8.745, de 09/12/93, a SESu procedeu à análise de pedidos das IFES, propondo a autorização para a contratação de 25 professores visitantes e 690 professores substitutos.

a) A SESu desenvolveu PESQUISA DIAGNOSTICA DA EFICIÊNCIA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, aprofundando o aspecto de retenção e desistência estando o trabalho em fase final de conclusão.

bj Avaliação e Auditoria de Dados Informativos de todas as instituições federais de ensino superior, objetivando, através de visitaçao "in loco", a produção de relatórios fidedignos contendo todas as informações: cursos, alunos, orçamento, produção acadêmica, infra-estrutura e outros.

Tais informações são indispensáveis à alimentação de planilhas do modelo de distribuição de recursos, análise do pessoal das IFES e dos hospitais e discussão do modelo de financiamento de ambos. O trabalho está na fase Final da coleta de dados.

c) Sistema de Informação Gerencial das IFES

Deu-se continuidade à construção e implantação do Sistema de Informação Gerencial (SIG) das IFES, nos seus subsistemas: SAC- Sistema de Apuração de Cursos, e SAD - Sistema de Atividade Docente.

No estágio atual, acham-se implantados em 22 IFES.

d) Em 1995, por determinação do Senhor Ministro, a SESu passou a acompanhar a execução financeira e orçamentária das IFES para o encaminhamento de soluções junto à Secretaria Executiva do MEC

e) Crédito Educativo

' Constituição e definição de nova Comissão Nacional, incumbida de traçar políticas e diretrizes gerais do programa.

' Revisão dos critérios de concessão do crédito e permanência do estudante no programa.

' Ampliação do número de vagas de 86 mH para 118 mil representando um crescimento de 38% em 1995, mobilizando recursos orçamentários de RS 174 milhões.

f) MERCOSUL

Participação em 5 reuniões internacionais do Comité Coordenador Regional para a elaboração de protocolos e documentos que formalizaram compromissos multilaterais em questões relacionadas ao ensino de idiomas oficiais, exercício profissional e intercâmbio de informações técnicas.

g) Fundações de Apoio

Considerando a aprovação da Lei que regulamentou as relações entre Fundações e Instituições de Ensino Superior/Centros de Pesquisa e a assinatura de Portaria Conjunta MEC/MCT, a SESu, através de Comissão Especial, está coordenando o credenciamento de fundações universitárias de apoio.

Até o momento, acham-se credenciadas 42 fundações e tramitam 14 processos em análise e/ou diligência.

h) Residência Médica

Os 2.060 programas de Residência Médica existentes no País foram credenciados e são acompanhados pela Comissão Nacional de Residência Médica, vinculada à SESu.

Dos 12.683 médicos inscritos no Programa de Residência, em 1995, em Hospitais do MEC, do Ministério da Saúde, do INAMPS, das redes municipais, particular, estaduais e outros, 3.568 tiveram suas bolsas mantidas com recursos orçamentários de custeio das instituições, comprometendo o valor de RS 46 milhões 800 mil.

6.2 - Pós-Graduação: atuação da CAPES

6.2.1 - Redefinição dos Colegiados

a/ Renovação do Conselho Superior

Foi constituído o novo Conselho Superior da CAPES, que realizou a primeira reunião em 26/07/95 e mais duas reuniões no decorrer do ano.

b) Reestruturação do Conselho Técnico-Científico

O CTC é um órgão consultivo central na discussão e encaminhamento de propostas de política institucional e na implantação de programas básicos da CAPES.

Originalmente constituído de representantes das grandes áreas do conhecimento, foi-se expandindo até atingir a 42 representantes de áreas, inviabilizando, praticamente, o efetivo exercício de sua função.

O Conselho Superior aprovou proposta da Diretoria visando a reestruturar o CTC. Ele passou a ser integrado por dois representantes de cada uma das oito grandes áreas, mais um representante do Fórum de Pró-Reitores e outro da Associação Nacional de Pós-Graduandos. Foi preservada a representação por áreas em sua diferenciação atual. Aos representantes, reagrupados em grandes áreas, cabe escolher os membros do CTC. Aos membros do CTC, em conjunto com os demais componentes de cada grande área, caberão as tarefas de implementação do processo de avaliação e julgamento, bem como as referentes à constituição do cadastro de consultores e acompanhamento geral de todo o processo de julgamento dos pedidos individuais.

6.2.2 - Diretoria de Avaliação

a) Reestruturação do Grupo Técnico-Científico

O Grupo Técnico-Científico foi ampliado com a inclusão de representantes, em nível de Diretoria, das Fundações de Apoio à Pesquisa dos Estados de Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além da FAPESP, que já integrava o GTC

O quadro a seguir resume as atividades do GTC, em termos do número de propostas de novos cursos submetidas e aprovadas.

	12 de abril		22 de junho		17 de julho		7 de nov.		Total	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Número de propostas agendadas	42	21	38	23	31	21	51	20	162	85
Número de propostas recomendadas	15	14	18	13	12	12	18	07	63	46
Não recomendadas	12	04	09	03	15	05	29	12	65	24
Em diligência	15	03	11	07	04	04	04	01	34	15

b) Cadastro de Consultores

O Cadastro de Consultores, que está sendo constituído a partir das indicações dos representantes de áreas, deverá ser o centro de um novo modo de operação da CAPES. O julgamento pelos pares será grandemente ampliado, usando-se consultores ad-hoc e eliminando, tanto quanto possível, o julgamento

presencial na CAPES. Essa medida, combinada com a extensão do fluxo contínuo à maioria dos programas, deverá contribuir para a simplificação e agilização das operações da Agência.

c) Avaliação de 1994

Nos primeiros meses de 1995 foram concluídos os trabalhos de avaliação realizados durante o ano anterior e tendo como referência o biênio 1992/93. Os resultados finais foram publicados no DOU de 24/08/95.

Foram realizadas todas as visitas aos cursos de pós-graduação stricto sensu recomendadas pelas Comissões de Avaliação e cujos relatórios subsidiarão a próxima análise.

d) Avaliação de 1996

Há duas preocupações principais concernentes à avaliação dos cursos, que se realizará novamente, no próximo ano.

A primeira, de caráter operacional, diz respeito à conveniência de se concluir a avaliação em menor prazo, sem prejuízo de sua qualidade. O cronograma organizado procura viabilizar este objetivo, especialmente através da redução de prazos que envolvem a coleta e fluxo de informações.

A segunda, de caráter substantivo, refere-se à necessidade de se submeter o processo a um crivo externo. As primeiras medidas nesse sentido serão a participação de consultores estrangeiros na avaliação de uma área específica e a avaliação global do próprio processo de avaliação da CAPES a ser realizado por uma comissão que inclua especialistas internacionais.

e) Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação

A CAPES está atenta à necessidade de adaptar o modelo de pós-graduação à rápida evolução do conhecimento e de suas aplicações tecnológicas e às profundas transformações econômico-sociais, que exigem novas modalidades de formação avançada e de atualização, transferência rápida dos conhecimentos gerados pela Universidade para a sociedade e vinculação mais direta da Universidade com empresas, agências e governo.

Nesse contexto foram aprovados critérios de recomendação, acompanhamento e avaliação de mestrados dirigidos à formação de profissionais, não necessariamente voltados para o mercado de trabalho acadêmico.

6.2.3 - Diretoria de Programas

A CAPES está lançando programas novos e redirecionando vários daqueles já existentes.

a) Programas novos

Programa de Aperfeiçoamento em Artes no Exterior (APARTES): *destinado a jovens talentos em diferentes campos das Artes, proporcionará bolsas de estudos para aperfeiçoamento em centros de excelência no exterior, por períodos de 7 a 24 meses.*

Programa de Formação de Recursos Humanos para Reforma do Estado (RH - Reforma do Estado): em parceria com a FINEP, o CNPq e o MARÉ. volta-se para o fortalecimento de instituições ligadas à formação de recursos humanos e assessoramento à administração pública, desenvolvimento de estudos básicos para a Reforma do Estado, criação de áreas de ênfase na pós-graduação e realização de eventos.

Programa de Formação de Recursos Humanos em Metrologia (RH-Metrologia): em parceria com o IN METRO, volta-se para a formação de recursos humanos, em todos os níveis, e a elaboração de trabalhos de tese sobre o assunto. Conta com recursos do PADCT.

Programa de Apoio à Melhoria do 2º grau: treinamento e formação em nível de especialização, apoiando, inclusive, projetos bem sucedidos já em andamento em alguns estados.

Programa de integração Pós-Graduação/Graduação (PROIN): destinado inicialmente às IES federais, volta-se para o apoio, através de projetos, à melhoria das disciplinas básicas dos cursos de graduação, com o concurso da pós-graduação.

bj Redirecionamento dos programas já existentes

Bolsas de Demanda Social: ajustamento da distribuição de bolsas, através do critério básico de produtividade, que relaciona bolsas concedidas a alunos titulados no período 1991-94. Programas com relações muito altas (acima) de 2,5 e de 4,0 no mestrado e doutorado, respectivamente, perdem parte de suas bolsas, que são redistribuídas para os cursos produtivos, para os cursos novos e os em consolidação. Este ajuste foi feito em conjunto com o CNPq.

Bolsas do Programa Institucional de Capacitação de Docentes e Técnicos fPICDTJ: introdução de quotas institucionais, do doutorado "sanduíche" e do pós-doutorado no País; redução de exigência do tempo de serviço ainda por prestar, a partir do início do curso (13 anos para mestrado e 8 anos para doutorado).

Projeto Norte de Pós-Graduação: revitalização do Programa, em parceria efetiva com o CNPq e a FINEP; apoio diferenciado aos cursos de especialização das IES da região (mais bolsas e mais recursos); criação da comissão especial de consultores.

Taxas Acadêmicas: apoio básico às atividades acadêmicas dos cursos (laboratórios de ensino, bancas examinadoras, material instrucional, professor visitante de curta duração, eventos nos cursos, etc.) e, adicionalmente, parcela proporcional às bolsas concedidas pela CAPES.

Fomento: fim dos repasses automáticos. Os recursos do fomento passam a obedecer à sistemática de indução de projetos temáticos, projetos regionais e projetos setoriais, como o PROIN, o de Melhoramento do 2º grau, o de Consolidação de Cursos de Pós-graduação, o Projeto Norte, etc.

Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE): somente os cursos de doutorado "A" passam a ter direito a uma quota anual de uma bolsa cada um; as IES podem realocar quotas ociosas para outros cursos que tenham maior demanda. Cria-se, na verdade, uma grande quota "institucional" proporcional ao número de doutorados "A" em cada IES.

CAPÍTULO VII

EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.1 - Integração dos Portadores de Necessidades Especiais na rede regular de ensino

Resultados

- 45 mil a/unos integrados em escolas da rede regular de ensino.
- Implantado o projeto *Municipalização da Educação Especial*, dentro do Programa "Acorda, Brasil".
- Publicados os "Subsídios para Organização e Funcionamento da Educação Especial" nas áreas de D.A., D. V., D.M., Dmu, AH/SD.
- Planejado e implantado o projeto HRASOR - Uma Hora para os Surdos, através da TV ESCOLA, para capacitação de 35 mil professores até 1998.
- 876 especialistas de Educação Especial cadastrados junto às instituições de ensino superior.
- Efetivada a participação da SEESP na elaboração e definição da Sistemática do Financiamento da Educação Básica.
- Realizadas 4 reuniões nos estados de SE, AL, RJ e PA, para cooperação técnica entre SEESP/SEDUC/SME/DEMEC.
- Definidos os indicadores educacionais para a área de Educação Especial e redefinidos os instrumentos de coleta de dados estatísticos - SEEC.
- Definidas as linhas do projeto Avaliação da Educação Especial.
- Realizado o diagnóstico da Política de Integração.
- Realizada a pesquisa sobre "Perfil do Financiamento e das Despesas da Educação Especial no Brasil", em 18 instituições, sendo 13 governamentais e 5 não-governamentais, financiada pela UNESCO.
- Elaborado o documento "Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos", financiado pela UNESCO.
- Elaborado o Sistema de Monitoramento Físico e Financeiro de Projetos de Educação Especial, financiado pela UNESCO.

- Publicada a Revista Integração nº 15 e distribuídos 15.000 exemplares da Revista Integração de números anteriores; 955 novos assinantes.

- Oferecido apoio técnico e financeiro a:

- 15 instituições de ensino superior;
- 27 secretarias estaduais de Educação;
- 5 secretarias municipais de Educação;
- 5 escolas técnicas federais;e
- 1.800 organizações não-governamentais.

- 38 cursos de capacitação profissional apoiados pela SEESP, 2.223 profissionais treinados.

- Realizado o I Encontro de Universidades Federais de Ensino Superior sobre a questão do ingresso e da permanência do PNE nos cursos de 3º grau.

- Incluída a Educação Especial:

- nos programas da FAE;
- no material didático para DV;
- em livros didáticos em Braile;
- no transporte escolar;e
- no programa de apoio tecnológico.

7.2 - Fortalecimento de instituições especializadas

7.2.1 - Mecanismos de articulação aprimorados

- 456 projetos solicitando apoio financeiro, 260 já atendidos, correspondendo a 57% das solicitações, conforme folha anexa.

- Elaborado o sistema de cadastramento das instituições de Educação Especial.

7.2.2 - Programa de Educação para o Trabalho

- Elaborado pré-projeto "Experiências bem sucedidas em Educação para o Trabalho".

- Elaborado pré-projeto "Diretrizes sobre Educação para o trabalho".

- Configurado o documento "Alunos portadores de Condutas Típicas".

- Em análise, "Adaptações Curriculares Específicas".

- Apoiados cursos de Capacitação de Recursos Humanos através de:

- Instituições de ensino superior;

• 2º Encontro Nacional das Universidades Federais, em Mato Grosso do Sul, sobre

a questão da *Educação Especial*;

- *Cursos de especialização em nível de pós-graduação*;
- *Pesquisa*;
- *Secretarias de educação*;
- *Cursos de aperfeiçoamento*.

7.3 - Novo papel do IBC

- *Transformado em centro de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia*

- *Elaborado o Plano de Ação para Reordenamento Institucional*;
- *Realizado o I Congresso de Estudantes Cegos do 2º e 3º Graus*;
- *Realizado o I Encontro Nacional de Usuários de DOS - VOX*;
- *Definida a escolha, junto aos departamentos, da rede mais conveniente às necessidades do IBC*;
- *Implantado o Curso de EAD (supletivo)*;
- *Concluída a informatização do Instituto*;
- *Implantado curso de profissionalização*;
- *Realizado intercâmbio internacional com Israel, Argentina e EUA*.

7.4 - Novo papel do INÊS

- *Transformado em Centro de Referência Nacional na Área de Educação Especial para D.A.*

^m *Realizados 2 cursos: estudos adicionais e pós-graduação em linguística*

" *Efetivada assistência técnica em: Maceió (AL), Campo Grande (MS), Corumbá (MT), Belo Horizonte (MG), Aracaju (SE), Angra dos Reis (RJ), Rezende (RJ), Cabo Frio (RJ), Arraial do Cabo (RJ) e Rio Bonito (RJ)*.

' *Realizado intercâmbio institucional com a UFRJ para execução do Projeto "Sinalizando HIV/AIDS"*.

* *Elaborado informativo técnico-científico - ESPAÇO - sobre mercado de Trabalho para DA*.

' *Realizado intercâmbio institucional com o estado do RJ: SEDUC SME, ONG, UERJ e UFRJ*.

' *Elaborados 11 projetos de pesquisa*.

' *Finalizada a obra do Pavilhão Saul Borges Carneiro*.

CAPÍTULO VIII

INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

8.1 - Reorganização do Setor de Estatísticas

Objetivos

A implantação do Sistema integrado de Informações Educacionais-SIED, visa a apoiar o planejamento e a tomada de decisões na gestão educacional, através de informações fidedignas e atualizadas.

Para tanto, o SIED propõe que o acompanhamento e o monitoramento da Educação brasileira sejam efetuados por meio de indicadores que reflitam o atendimento, a eficiência, a qualidade e os custos dos sistemas educacionais.

Sua concepção implicou a definição de nova metodologia para coleta e processamento dos dados apurados pelos Censos Educacionais e, tendo em vista operá-lo já no próximo ano, foram cumpridas etapas de fundamental importância, tais como:

a) concepção do sistema considerando o atendimento a demandas das diversas esferas go vernamentais;

b) definição dos indicadores de acompanhamento e monitoramento da educação brasileira;

c) definição da infra-estrutura computacional, de modo a garantir a modernidade e a eficácia do sistema;

d) discussão do novo sistema com as secretarias-fim do MEC e sua divulgação junto ao CONSED;

e) articulação com o IBGE para estabelecimento de parceria visando ao aperfeiçoamento do Sistema Estatístico da Educação;

f) definição dos instrumentos de apuração do Censo Educacional e de nova sistemática de coleta junto às escolas.

8.2 - O INEP

O INEP, no âmbito da atuação da Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional (SEDIAE), desenvolve três linhas de ações: o programa editorial, a estruturação do Centro de Referência e Difusão em Educação (CRED) e o apoio operacional às atividades da Secretaria, atuando como um agente facilitador e de apoio aos programas de Avaliação Educacional, **7V Escola** e Educação a Distância.

8.2.1 - Programa Editorial do INEP

Objetivo

Colocará disposição da comunidade técnico-científica informações na área educacional, mantendo os mais variados instrumentos e canais de comunicação e permitindo aos profissionais que atuam na área de Educação o acesso a espaços permanentes de comunicação e divulgação de informações e novos conhecimentos técnico-científicos.

INEP Linha Editorial

Linha	Periodicidade	Objetivo	Publicados em 1995		Distribuídos/1995*	Em elaboração	
			Nº	Tema/Título		Nº	Temas/situação
Em Aberto	trimestral	estimular e promover a discussão de temas da educação, atuais e relevantes, trazendo opiniões divergentes ou confrontando pontos de vista	65	Educação, trabalho e desenvolvimento (maio)	18.844	66 67 68 69 70 71 72 73	Financiamento da Educação Ensino Médio: a reforma necessária Livro didático e Qualidade do ensino Merenda escolar Gestão da escola Parâmetros curriculares Nacionais em debate Avaliação de Sistemas educacionais Projetos educacionais: estratégias de sobrevivência
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos -RBEP	quadrimestral	divulgar a produção técnico-científica em educação, favorecendo também trabalhos relevantes das áreas correlatas	178	-	7.827	179 180 181 182	em licitação em licitação em licitação em preparação editorial
Bibliografia Brasileira de Educação - BBE	anual	divulgar levantamento sistemático do que foi produzido e/ou publicado sobre educação brasileira no período coberto pela bibliografia	1990	(publicada em novembro)	405	1991 1992 1993 1994	em editoração em editoração em editoração em editoração
Série Documental	Não específica	levar a públicos diferenciados temas emergentes e/ou pontuais	22 a 34 01 a 05 06 a 09 05 a 08	Relatos de Pesquisas Avaliação Eventos Antecipações	11.050	35	Relatos de pesquisa em produção
Boletim Informativo do CRIE	.	informar sobre as atividade do Centro de Referência em Inovações Educacionais, destacando experiências inovadoras	01	lançado	4.000		.
publicações específicas	.	colocar à disposição da comunidade livros e relatórios sobre temas de interesse da área educacional	. 2 e 3	Gestão da educação : algumas experiências do Centro - Oeste Teorias e Métodos de Medidas em Ciências do Comportamento Relatórios do SAEB Boletins de indicadores Educacionais	1.802		-

(*) Incluindo publicações de anos anteriores, a distribuição editorial foi de 54.540 exemplares, sendo arrecadados R\$ 33.141,50 até 15/11 /95.

8.2.2 - Centro De Referência E Difusão Em Educação - CRED

Objetivo

O Centro de Referência e Difusão em Educação (CRED), tem por objetivo consolidar uma infra-estrutura informacional, desenvolvendo, organizando e disseminando informações, documentos e produção editorial de estudos, pesquisas educacionais e, ainda, atuar como uma unidade potencializadora de ações em segmentos considerados prioritários para a Educação brasileira.

Resultados

O CRED priorizou as atividades descritas a seguir:

- **Rede Brasileira de Informação em Educação** - Permite o resgate da Rede de Documentação e Informação (Rede SIBJ que faz interface com a Rede Latino-Americana em Educação (REDUCj, consolidando uma rede de alcance nacional e internacional.

- **Base de Dados Cadastrais e Referenciais** - Consolida uma infra-estrutura informacional para o INEP. com as seguintes bases de dados: especialistas em educação (com 432 especialistas); instituições que atuam na área de educação em diversos segmentos (com 237 instituições); bases de dados referenciais (BBE. inovações, acervo de pesquisas).

- **Mapeamento de Áreas do Conhecimento em Educação** - Referencial informacional em áreas específicas, com um banco de dados sobre sete áreas do conhecimento: Educação matemática (concluído); Avaliação educacional; Linguagem; Educação de jovens e adultos; Formação de professores; Currículo/ensino aprendizagem (concluído); e Educação a distância.

- **Tratamento do Acervo de Pesquisas do INEP** - Abrangendo tratamento informacional do acervo de pesquisas financiadas pelo INEP e transferência das informações sistematizadas para bases de dados.

- **Thesaurus em Educação** - Instrumento para auxílio no tratamento e recuperação de informação.

- **Bibliografia Brasileira de Educação** - Coloca à disposição dos diversos clientes do INEP fonte referencial de informação retrospectiva, tendo recuperado, para publicação, o período de 1990 a 1994.

-**Arquivo Histórico da Educação Brasileira** - Preservação da memória da Educação brasileira, com reorganização e recuperação de arquivo.

- **Apoio Técnico-Operacional ao Projeto TV Escola** - Propicia condições administrativo-operacionais para o desenvolvimento das ações.

- **Seminários, Reuniões Técnicas, Workshops** - Fomento à discussão sobre temas de interesse para o INEP, bem como o intercâmbio de experiências entre especialistas do Instituto e profissionais que atuam nesta matéria, apoiando financeiramente eventos externos e divulgando produtos.

8.3 - Participação em Eventos Internacionais

- Encontro Brasil-Argentina. Foz do Iguaçu, 17 e 18 de fevereiro de 1995.

O Ministro Paulo Renato Souza acompanhou o Senhor Presidente da República a encontro presidencial e ministerial bilateral Brasil-Argentina, realizado em Foz do Iguaçu, no período de 17 a 18 de fevereiro de 1995. Na ocasião, manteve reunião de trabalho com o seu homólogo argentino, com a finalidade de estabelecer pontos possíveis de cooperação.

- Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social. Copenhague, 6 a 12 de março de 1995.

O Ministro Paulo Renato Souza, representando o Senhor Presidente da República, chefiou a delegação brasileira à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. Comitê Nacional, criado em fevereiro de 1994, havia trabalhado na preparação da participação do Brasil na Cúpula, em especial na elaboração do Relatório Nacional a ser apresentado na ocasião.

- Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros do EFA-9. Copenhague, 10 de março de 1995.

O Ministro Paulo Renato Souza representou o Senhor Presidente da República na reunião dos chefes de Estado e de governo dos países membros do Grupo EFA-9 (Education for All 1-9), criado em 1990, sob os auspícios da UNESCO, UNICEF e FNUAP. O Grupo reúne os países em desenvolvimento mais populosos do mundo com alta porcentagem de analfabetos. Na ocasião, o Presidente da Indonésia ofereceu Bali para sede do próximo encontro de Ministros de Educação do EFA-9, a realizar-se em setembro de 1995.

- Reunião dos Ministros de Educação dos Países-Membros do EFA-9. Bali, 14 a 16 de setembro de 1995.

No impedimento do Ministro Paulo Renato Souza, representou-o na Reunião dos Ministros de Educação dos Países-Membros do grupo EFA-9, realizada em Bali, Indonésia, de 14 a 16 de setembro de 1995, a Senhora Eunice Ribeiro Durhan, Secretária de Política Educacional do Ministério da Educação e do Desporto. Na ocasião, foram passadas em revista as ações empreendidas em cada país-membro no sentido de estender a todos uma Educação básica de qualidade. Ao final do encontro, os ministros fizeram recomendações para orientar o andamento das atividades do grupo em 1996. O Paquistão ofereceu Islamabad para sede da próxima reunião de Ministros de Educação do EFA-9, a realizar-se em 1997.

- Visita do Ministro de Estado da Educação e do Emprego da Grã-Bretanha ao Brasil, 10 a 14 de setembro de 1995.

Visitou o Ministro Paulo Renato Souza, em 10 de setembro, o Ministro de Estado da Educação e do Emprego da Grã-Bretanha, Lord Henley, que veio ao Brasil à frente de delegação de especialistas em várias áreas da Educação. Lord Henley substituiu a Secretária de Estado da Educação e do Emprego, Gilian Shephard, titular da pasta. Os membros da delegação de Lord Henley, que o acompanharam a Brasília, tiveram um workshop com funcionários do MEC. O Ministro Paulo Renato Souza foi convidado, na ocasião, a visitar a Grã-Bretanha.

- Seminário "Brasil: The New Opportunity in the Américas". São Paulo, 20 a 22 de setembro de 1995.

O Ministro Paulo Renato Souza fez uma palestra durante o Seminário "Brasil: The New Opportunity in the Américas", realizado por "The Pan-American CEO Institute", com sede em Nova York. O Ministro falou no dia 21 de setembro sobre o tema "Education: A Long Term Investment".

- Seminário "Poverty in Latin America: Issues and New Responses", organizado pelo Helen Kellogg Institute for International Studies. Notre Dame, Indiana, EUA, 1º a 3 de outubro de 1995.

- Cúpula Ibero-Americana, Bariloche. 17 a 18 de outubro de 1995.

O Ministro Paulo Renato Souza acompanhou o Senhor Presidente da República a Bariloche, Argentina, para a Cúpula dos Países Ibero-Americanos realizada naquela cidade no período de 17 a 18 de outubro de 1995.

- XXVIII Sessão da Conferência Geral da UNESCO. Paris, 25 de outubro a 16 de novembro de 1995

O Ministro Paulo Renato Souza chefiou a delegação brasileira à XXVIII Sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, de 25 de outubro a 16 de novembro de 1995. O Ministro discursou em plenária no dia 29 de outubro.

- Visita do Ministro da Educação e do Desporto à Grã-Bretanha. Londres, 1º a 4 de novembro de 1995.

O Ministro Paulo Renato Souza, acompanhado pelas Secretárias de Política Educacional e de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação do MEC, bem como pelo Presidente da CAPES, visitou a Grã-Bretanha, no período de 1º a 4 de novembro de 1995, para contatos na área educacional, a convite do Foreign Office e do Conselho Britânico. Visitou a Secretária de Estado da Educação e do Emprego, Senhora Gillian Shephard, e o Ministro de Estado, Lord Henley. Esteve com o Diretor-Geral do Conselho Britânico, Sir Peter Hanson. Visitou o Instituto de Educação, o Setor de Educação do Departamento da Indústria e Comércio, a Open University o Office for Standards in Education e o setor educativo da BBC. Encontrou-se, ainda, com membros da Associação de Estudantes Brasileiros de Pós-graduação na Grã-Bretanha. Ficou decidido que, em 1996, o MEC enviará dois grupos de técnicos à Grã-Bretanha, na área de Educação a Distância e na área do financiamento da Educação Superior.

- Mercosul

Grupo técnico do MEC participou das seguintes reuniões do Comitê Coordenador Regional do Mercosul Educacional (CCR): XIV, XV, XVI e XVII. Nessas reuniões, registraram-se avanços no que se refere aos assuntos já em andamento nas reuniões anteriores do CCR, a saber:

- Foram assinados dois protocolos, sendo um de conhecimento de estudos de nível médio técnico e outro de graduação com a finalidade de prosseguimento de estudos (assinados pelos Ministros de Educação dos quatro países nas VIII e IX Reuniões de Ministros, respectivamente).

» Foram apresentadas, durante a IX Reunião de Ministros, as políticas nacionais para o ensino/aprendizagem dos idiomas oficiais do Mercosul.

* Foi concluída a listagem dos conteúdos mínimos de História e Geografia dos quatro países, a serem incorporados nas reformas curriculares, ora em curso, bem como a bibliografia básica para docentes e a definição de aspectos metodológicos para o ensino dessas disciplinas.

' O projeto de comunicação, via Internet, entre o MEC e instituições de ensino superior dos quatro países, foi retomado, tendo sido aprovada a fase experimental de comunicação. O projeto foi, ainda, articulado à infra-estrutura de redes concebida e utilizada pela Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul (RECYT).

A integração educacional entre as agências oficiais de pós-graduação dos quatro países foi novo tema incorporado às atividades do CCR. Minuta de Protocolo sobre o assunto está sendo estudada e espera-se que os Ministros de Educação a assinem na reunião de Montevideo, de 30 de novembro de 1995.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)